

**RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO DA PRESTAÇÃO DE
CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2016**

**SÃO JOÃO DO MANHUAÇU
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**SÃO JOÃO DO MANHUAÇU
MARÇO 2016**

Prefeito Municipal

NOME	CPF
JOÃO BATISTA GOMES	CPF 482.077.646-00

Responsável pelo Controle Interno

NOME	CPF
VICTOR HUGO WILLIAN DA SILVA	CPF: 103.963.336-64

Índice

1. Apresentação

2. Introdução

3. Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias

4. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária

5. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão financeira

6. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão patrimonial

7. Análise do cumprimento dos limites e condições para realização de operações de crédito

8. Análise da observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar

9. Análise da observância dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal.

10. Avaliação da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos dos dispositivos constitucionais e da lei orgânica do município.

11. Avaliação da aplicação dos recursos nas ações e serviços públicos de saúde, nos termos dos dispositivos constitucionais e da lei orgânica do município

12. Informações quanto à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos

13. Análise da observância do disposto no art. 29-A da Constituição Federal, referente ao repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo.

14. Aplicação de Recursos Públicos por Entidades de Direito Privado.

15. Aplicação de Recursos Públicos por Entidades de Direito Privado.

16. Termos de Parceria Firmados e Participação do Município em consórcio Público, as Respectivas Leis e o Impacto Financeiro no Orçamento.

17. Indicação do montante inscrito em restos a pagar referente às contribuições previdenciárias devidas ao instituto próprio de previdência, com avaliação do impacto da inscrição sobre o total da dívida flutuante.

18. Detalhamento da composição das despesas pagas a título de obrigações patronais, distinguindo os valores repassados ao Instituto Nacional do Seguro Social e aqueles repassados ao instituto próprio de previdência.

19. Avaliação dos procedimentos adotados quando da renegociação da dívida para com o instituto próprio de previdência, com indicação do valor do débito, dos critérios utilizados para a correção da dívida, do número de parcelas a serem amortizadas ou de outras condições de pagamento pactuadas.

20. Certificação de que os registros de dívida de natureza previdenciária foram conciliados com aqueles inseridos nos demonstrativos contábeis do fundo de previdência (ou instituto), especialmente no que diz respeito a Restos a Pagar, Dívida Ativa, Contribuições a Receber e Empréstimos

21. Cumprimentos dos prazos para encaminhamento de informações, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM)

22. Conclusão

1. Apresentação

Nos termos do art. 74 da Constituição Federal, art. 59 da Lei Complementar nº 101/00, art. 63 a 66 da Lei Complementar nº 33/94 e em atendimento ao disposto nas Instruções Normativas do TCE/MG, combinados com os artigos 75 a 80 da Lei n.º 4.320/64, apresentamos o Relatório de Controle Interno da Prestação de Contas do Exercício de 2016.

2. Introdução

O encerramento das contas do exercício financeiro de 2015 deixou evidenciado mais uma vez a evolução das práticas adotadas na administração pública com relação ao planejamento e acompanhamento da execução orçamentária.

A metodologia criada pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF para garantir o equilíbrio, a transparência e o controle das contas públicas está se consolidando à medida do uso, demonstrando que a condução dos negócios públicos está pautada na gestão fiscal responsável.

Nestes aspectos, procuramos durante o ano de 2016, otimizar a prestação de serviços internos e externos, sendo incisivos e exigentes quanto à necessidade de planejar a programação financeira e a realização dos desembolsos, preservando a legalidade e desta forma também garantindo a legitimidade dos processos.

A postura do Sistema de Controle Interno neste processo foi a de atuar de forma integrada, visando o cumprimento dos programas e metas do governo, atendendo desta forma toda a legislação que rege a matéria, acompanhando de forma prévia, concomitante e subsequente todas as ações desenvolvidas, visando à proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional, a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração, zelando também pela gestão otimizada dos processos desta administração.

3. Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias

O Plano Plurianual – PPA foi utilizado como um instrumento de planejamento estratégico das ações deste governo, orientando inclusive a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA.

Procuramos organizar todas as ações a serem desenvolvidas no Município em programas, compatibilizando-os aos recursos disponíveis decorrentes do planejamento da receita e da despesa e da entrada e saída efetiva de recursos financeiros, destinados, inclusive a financiar despesas de custeio.

Na avaliação do cumprimento das metas correlacionamos a eficácia, a eficiência e a efetividade, de forma que nosso objetivo foi o de constatar se:

- a meta atingida foi a meta proposta?
- não poderia gastar menos ao se realizar a ação?
- a ação alcançou, de fato, os anseios da população?

Também consideramos a arrecadação das receitas do nosso Município, a qual não se efetivou de modo, sendo, portanto, insuficiente para realizar parcial ou total os programas/ações definidos no PPA.

A LDO estabeleceu-se como o elo entre o PPA e a LOA do nosso Município. Ao elaborar a LDO selecionamos dentre os programas/ações estabelecidos no PPA, aqueles que considerávamos prioritários na execução da LOA.

Desta forma a LDO foi o instrumento de planejamento que estabeleceu as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, e que orientou a elaboração da LOA.

Foram aplicadas também as normas para o controle e avaliação dos resultados dos programas e as condições para transferências de recursos a entidades públicas e privadas definidas na LDO, na Lei de Subvenções do Município, na Lei nº 4.320/64, na LRF e demais legislações.

3.1. Ações e metas estabelecidas no PPA e na LDO

Apresentamos, a seguir, a avaliação do PPA a qual remete também para o cumprimento das prioridades relacionadas na LDO.

Ações e Metas Previstas PPA E LDO	Realização			Previsto	Realizado
	Sim	Não	Parcial		
1001 Ampliação e reforma Legislativo Municipal		X		30.000,00	0,00
1002 Aquisição veiculo p/ Gab. Da Presidência		X		50.000,00	0,00
2001 Manutenção Gabinete da Presidência	X			421.391,38	448.271,97
2002 Manutenção Rec. Hosp.Homenagem Comemorações			X	9.758,58	2.725,28
2003 Manutenção Viagens Agentes Políticos			X	64.273,50	55.830,00
2004 Promoção Prod.p/ meio Comum.Prod.Terc.			X	16.000,00	3.900,00
2005 Manutenção Departamento de Administração			X	280.678,63	240.453,21
2006 Manutenção Atividades Departamento Finanças			X	10.135,10	1.404,95
2007 Manutenção Departamento de Contabilidade			X	98.553,48	68.473,47
2008 Manutenção Obrigações Patronais _INSS	X			107.075,59	144.911,07
2009 Manutenção Obrigações Patronais – FUNPREV		X		4.042,50	0,00
1.027 Aquisição Moveis Veículos Equip. p/ Gabinete Agentes Políticos		X		5.000,00	0,00
2011 Subsídios dos Agentes Políticos			X	240.500,00	184.144,35
2012 Manutenção das Atividades dos Agentes Políticos			X	185.330,00	103.012,54
2036 Manutenção Recepções, Hospedagem e Homenagens		X		1.000,00	0,00
2085 Subsídio do Vice Prefeito			X	107.490,00	83.050,12
2115 Manutenção Serviços Assessoria Jurídica		X		105.620,00	0,00
0002 Sentenças Judiciais	X			10.000,00	15.918,22
2017 Manutenção Secretaria Municipal de Planejamento	X			791.102,00	804.339,48
2031 Manutenção Setor de Compras e Licitações			X	140.150,00	90.957,42

Prestação de Contas Anual – 2016

2033 Manutenção Setor Recursos Humanos			X	65.010,00	63.355,78
2087 Subsídio Secretário Municipal de Administração			X	57.218,00	46.393,92
2054 Manutenção Publicações e Divulgação Oficial			X	26.310,00	18.824,80
2046 Manutenção do Setor de Tesouraria			X	79.600,00	60.035,59
2116 Manutenção Atividades Controle Interno			X	37.640,00	17.899,60
2049 Manutenção Atividades de Contabilidade			X	151.380,00	141.766,98
2019 Manutenção Setor de Tributação e Arrecadação			X	48.330,00	25.373,14
2178 Contruição para o Pasep	X			203.665,81	204.618,86
0001 Amortização Parcelamento e Encargos da Dívida	X			410.000,00	508.849,35
0003 Folha Inativos e Pensionistas			X	25.070,00	11.440,00
9999 Reserva Contingencia		X		230.000,00	0,00
2179 Contribuição a A.M.M.			X	9.000,00	8.928,00
2197 Contribuição C.N.M			X	9.000,00	7.686,00
2170 Manutenção Convenio Siat/AF			X	16.750,00	15.731,47
2182 Subvenção Associação Monte Sinai Int.Social		X		10.000,00	0,00
2071 Manutenção Convenio Policia Civil			X	14.550,00	6.713,97
2154 Manutenção Convenio Policia Militar			X	26.130,00	24.500,61
2184 Subvenção Associação de Mulheres		X		10.000,00	0,00
2193 Subvenção Cons.Mor.Jatoba/B.Esp.B.Jardim		X		10.000,00	0,00
2091 Manutenção Atividade Secretaria Mun.Educação			X	199.960,00	132.026,00
2092 Subsídio Secretario Municipal Educação		X		57.218,00	0,00
1003 Construção, Ampl.Reforma Escolas e Anexos			X	182.000,00	9.068,68
1048 Aquisição,Moveis,VeiculoEquip.P/Ens.Fundamental		X		146.500,00	0,00
1086 Aquisição Terreno P/ Unidade Escolar		X		5.000,00	0,00
2047 Manutenção Atividades Ensino Fundamental	X			1.064.219,00	1.139.784,48
1108 Aquisição Veiculo p/Transporte Escolar		X		66.000,00	0,00
2048 Manutenção Transporte Escolar			X	679.010,00	513.617,16
1091 Construção/Amp./Reforma Predio Ensino Infantil		X		180.000,00	0,00
2124 Manutenção Atividades do Ensino Infantil	X			268.750,00	468.440,11
2200 Manutenção Atividades do Ensino Infantil	X			0,00	70.775,46
2080 Manutenção Atividade Ensino Jovens e Adultos		X		24.390,00	0,00
2112 Manutenção Atividades Educação Especial			X	113.350,00	98.481,36
2055 Remuneração Docentes do Magistério e Fundamental	X			2.500.870,00	2.743.803,19
2125 Remuneração Profissionais do Ensino Infantil			X	310.540,00	125.724,76
2080 Manut.Ativ.Ensino Jovens e Adultos			X	32.150,00	13.654,10
2112 Manut. Ativ. Educação Especial			X	85.510,00	32.577,89
1003 Construção, Ampl.Reforma Escolas e Anexos	X			25.000,00	224.560,07
1048 Aquisição,Moveis,VeiculoEquip.P/Ens.Fundamental		X		5.330,00	0,00
2047 Manutenção Atividades Ensino Fundamental	X			496.311,00	635.027,85
1108 Aquisição Veiculo p/Transporte Escolar	X			10.000,00	0,00
2048 Manutenção Transporte Escolar		X		449.792,00	498.992,14
1091 Construção/Amp./Reforma Predio Ensino Infantil		X		5.000,00	0,00
2124 Manutenção Atividades do Ensino Infantil	X			356.990,00	392.153,86
2080 Manut.Ativ.Ensino Jovens e Adultos			X	102.430,00	8.358,85
2112 Manut.Ativ.Educ. Especial			X	105.170,00	37.999,85
2020 Manutenção Merenda Escolar	X			288.362,00	521.655,58
2130 Concessão de Bolsa de Estudos a Universitários			X	51.230,00	30.300,00
2131 Manutenção Atividade Ensino Superior		X		12.500,00	0,00
2024 Manutenção Secretaria Municipal de Saúde			X	362.310,00	165.719,73
2100 Subsídio Secretário Municipal de Saúde			X	57.218,00	46.044,40
2026 Manutenção Prog.Agentes Comunitário de Saúde			X	441.199,00	439.853,43
2045 Manutenção Prog.Saúde da Família			X	852.297,00	620.654,03
1028 Construção e ou Reforma Unidade de Saúde		X		489.500,00	0,00
1038 Aquisição Mov.Veiculo e Equip.P/ Saude			X	485.980,00	78.089,70

Prestação de Contas Anual – 2016

1113 Aquisição de Imovel P/ Saude		X		10.000,00	0,00
1115 Implantação da Academia		X		15.000,00	0,00
2053 Manutenção Programa Saude Bucal			X	378.856,40	226.627,75
2070 Auxilio P/Tratamento Fora do Município	X			302.950,00	342.896,00
2103 Manutenção das Atividades Atenção Básica			X	4.621.206,43	3.203.906,94
2147 Manutenção Distrib.Medicamentos P/Pessoa Baixa Renda	X			15.000,00	75.183,00
2177 Manutenção das Atividades Saude em Casa			X	180.000,00	119.153,68
2187 Contribuição Plano Estadual Assist.Farm.Básica			X	20.000,00	19.275,24
2189 Contribuição Cis-Caparao	X			104.240,00	240.730,27
2198 Contrato de Rateio Cis Caparao	X			190.758,97	194.598,24
2074 Manutenção Vigilância Sanitária			X	67.120,00	65.138,42
2040 Combate as Doenças Epidemiologicas			X	270.070,00	185.049,94
2107 Subsidio Secretario de Obras			X	57.218,00	46.035,38
2066 Manutenção Atividades do Cemiterio			X	43.070,00	186,86
1109 Aquisição Moveis,Veiculos e Equip.Perm.P/Serv.Urb.		X		15.000,00	0,00
2025 Manutenção da Limpeza Pública	X			440.030,00	449.003,20
2065 Manutenção Serviços Urbanos e Obras	X			929.310,00	1.018.816,17
2172 Manutenção Telecentro Comunitário			X	33.330,00	863,52
2067 Manutenção Iluminação Publica			X	223.530,00	220.093,31
2199 Contrato Rateio Iluminação Pública			X	11.356,20	9.976,88
2030 Manutenção Setor Transporte e Oficina			X	177.220,00	170.068,57
2060 Manutenção Serv.Estradas Vicinais			X	290.635,19	284.890,00
1039 Construção/Ampl. Ou Reforma Paço Municipal		X		10.000,00	0,00
1098 Aquis.Imovel Construção Unidade Assist.Social		X		10.000,00	0,00
1099 Construção, Reforma Melhoria Moradias B.Renda		X		105.000,00	0,00
1106 Construção Unidade Assist.Social		X		14.000,00	0,00
1112 Construção da Casa de Cultura		X		65.000,00	0,00
1026 Pavim Calc.Ruas, Avenidas e Anexos			X	581.500,00	129.918,60
1093 Construção , Ampliação e Reforma de Cemitérios		X		15.000,00	0,00
1057 Constru. Ampl. Ref. Pracas e Jardins			X	170.000,00	104.731,10
1096 Construção/Reforma Banheiro Publico		X		70.000,00	0,00
1020 Construção Casas Populares Rurais		X		155.000,00	0,00
1019 Construção Casas Populares Urbanas		X		55.000,00	0,00
1044 Construção Reforma da Rede Pluvial/Fluvial		X		10.000,00	0,00
1104 Instalação do Parque de Exposições		X		205.000,00	0,00
1103 Construção Mercado Municipal		X		50.000,00	0,00
1037 Extensão de Rede Elétrica	X			77.491,80	83.460,00
1084 Aquisição Terreno p/ Construção Terminal Rodoviário		X		15.000,00	0,00
1097 Melhoramento de Estradas	X			179.640,74	181.538,90
1111 Construção de Abrigo p/ Passageiros		X		52.500,00	0,00
1102 Construção Terminal Rodoviario		X		90.000,00	0,00
1061 Construção Ampliação Reforma Campo Futebol,Quadras e Anexo		X		220.000,00	0,00
1083 Aquisicao Terreno P/ Construção Quadra Poliesportiva		X		10.000,00	0,00
1094 Construção de Unidade Esportiva			X	195.000,00	18.879,98
2169 Manutenção Programa Habitação Rural		X		10.890,00	0,00
2175 Manutenção da Secretaria Municipal de Cultura			X	5.750,00	1.288,00
2139 Subsidio Secretario Municipal Cultura e Esportes		X		57.218,00	0,00
2176 Manutenção do Patrimonio Cultural	X			1.500,00	7.899,96
2014 Manutenção das Atividades Culturais e turísticas			X	6.480,00	165,57
2081 Manutenção Biblioteca Pública Municipal			X	32.850,00	13.534,18
2194 Subvenção ao SILOÉ			X	40.000,00	30.000,00

Prestação de Contas Anual – 2016

2061 Comemoração Festas Cívicas e Folclóricas			X	307.000,00	153.878,44
2035 Manutenção Repetidora de Sinal de TV			X	4.500,00	455,91
2063 Manutenção Atividades Esportivas			X	87.640,00	81.381,56
2190 Subvenção União Futebol Clube		X		20.000,00	0,00
2037 Manutenção Atividade do Meio Ambiente e Turismo			X	2.500,00	863,52
2126 Manutenção Aterro Sanitário		X		18.980,00	0,00
2109 Subsídio Secretário Agricultura e Meio Ambiente			X	57.218,00	45.327,31
2173 Manutenção Convenio com IMA		X		4.230,00	0,00
2191 Contribuição a Emater			X	60.000,00	46.709,82
2038 Manutenção Serviços de Agricultura			X	129.550,00	46.709,82
1110 Aquisição, Moveis, Veiculo Equip. P/Serv. Agricultura	X			40.000,00	108.000,00
2155 Manutenção Mercado Municipal		X		2.000,00	0,00
2144 Subsídio Secretário Assistência Social		X		57.218,00	0,00
2171 Manutenção Atividades Secretaria As. Social	X			4.230,00	17.163,51
2129 Manutenção Atividades Amparo ao Idoso			X	4.500,00	546,00
2050 Manutenção Atividades Conselho Tutelar			X	87.720,00	67.377,01
2195 Apoio Abrigo p/ Atend. Criança e Adolescente			X	12.690,00	9.592,00
2052 Assist. Pop. Carente Distrib. Cestas Básicas			X	21.000,00	7.386,12
2069 Manut. Ativ. Assistência Social			X	470.900,00	198.171,27
2073 Manut. B.Eventual (fun. Natal. C. Bas)			X	20.650,00	15.350,00
2156. Manutenção Aluguel Social a Famílias Carentes			X	41.520,00	30.600,00
2192 Subvenção ao Restaurar			X	40.000,00	10.000,00
2058 Manutenção do CRAS	X			142.260,00	209.308,76
2196 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo			X	32.200,00	2.729,88
4001 Manutenção Atividades do FUNPREV	X			88.000,00	92.706,56
3001 Aquisição Moveis Equipamentos Permanentes		X		5.000,00	0,00
4002 Manutenção Auxílio Reclusão/Doença			X	420.000,00	363.589,57
4003 Manutenção Folha de Inativos e Pensionistas	X			205.000,00	342.031,04
4004 Manutenção Decisão Judicial		x		200.000,00	0,00
9999 Reserva de Contingência			x	1.356.459,00	798.327,17
TOTAL GERAL				29.478.527,30	21.719.024,80

As ações executadas pelo Município no exercício de 2016 foram predominantemente voltadas à manutenção das atividades e quanto aos investimentos foram realizados com recursos de transferências voluntárias e recursos vinculados motivo pelo qual houve poucos investimentos.

3.2. Metas de Receita, Despesa e Resultado Primário

Demonstramos no quadro a seguir, a avaliação das metas fiscais de Receitas, Despesas e Resultado Primário do EXERCÍCIO DE 2016, estabelecidas na LDO, conforme § 1º do art. 4º da LRF:

AVALIAÇÃO DAS METAS DE RECEITA, DESPESA E RESULTADO PRIMÁRIO ESTABELECIDAS NA LDO EXERCÍCIO DE 2016		
DISCRIMINAÇÃO	META ESTABELECIDADA	REALIZADA
Receita Total	29.478.527,30	25.090.635,06
(-) Aplicações Financeiras	398.500,00	906.336,17
(-) Operações de Crédito	0,00	0,00
(-) Receitas de Alienação de Ativos	0,00	45.000,00
(-) Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
= RECEITA FISCAL (I)	29.080.027,30	24.139.298,89
Despesa Total	29.478.527,30	21.719.024,80
(-) Juros e Encargos da Dívida	5.000,00	42.207,56
(-) Amortização da Dívida	195.000,00	230.304,14
(-) Concessão de Empréstimos	0,00	0,00
(-) Títulos de Capital já integralizados	0,00	0,00
= DESPESA FISCAL (II)	29.068.527,30	21.446.513,10
RESULTADO PRIMÁRIO (I - II)	11.500,00	- 272.511,70

As metas de resultado primário foram estabelecidas observando-se as instruções e modelos da Secretaria do Tesouro Nacional, cujos valores são divergentes dos modelos estabelecidos pelo Tribunal de Contas. Em decorrência disso, os valores apresentados podem apresentar variações quanto aos valores informados no SIACE-LRF.

A LDO estabeleceu o valor de R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais) como meta de resultado primário a ser atingida no decorrer do EXERCÍCIO DE 2016. Ao final do exercício tal resultado foi apurado negativo em R\$ 272.511,70 (duzentos e setenta e dois mil, quinhentos e onze reais e setenta centavos), não sendo possível o cumprimento da meta tendo em vista que a arrecadação de aplicações financeiras e alienação de ativos foram maiores que o valor previsto, mas demonstra o grande empenho da administração municipal em cumprir as suas metas e em honrar seus compromissos.

3.3. Metas de Resultado Nominal

Demonstramos no quadro a seguir, a avaliação da meta de Resultado Nominal do EXERCÍCIO DE 2016, estabelecida na LDO, conforme § 1º do art. 4º da LRF:

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL ALCANÇADO E DA META ESTABELECIDA NA LDO			
EXERCÍCIO DE 2016			
DISCRIMINAÇÃO	Realizado em 2015	Previsão para 2016	Realizado em 2016
Dívida Fundada (exceto dívida entre entidades da mesma esfera governamental)	2.535.924,96	1.938.515,95	2.443.321,64
(+) Precatórios emitidos a partir de 05.05.2000, incluídos no orçamento e não pagos	0,00	0,00	0,00
(+) Operações de crédito (com prazo inferior a doze meses, que tenham constado como receitas no orçamento)	0,00	0,00	0,00
= Dívida Consolidada	2.535.924,96	1.938.515,95	2.443.321,64
(-) Total do Ativo Disponível	2.295.796,05	0,00	1.678.264,86
(+) Restos a Pagar Processados	4.152.125,91	0,00	1.298.448,69
= Dívida Consolidada Líquida	2.535.924,96	0,00	2.063.505,47
(+) Receitas de Privatizações	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida	2.535.924,96	1.938.515,95	2.063.505,47
RESULTADO NOMINAL		-360.000,00	-472.419,49

As metas de resultado nominal foram estabelecidas observando-se as instruções e modelos da Secretaria do Tesouro Nacional, cujos valores são divergentes dos modelos estabelecidos pelo Tribunal de Contas. Em decorrência disso, os valores apresentados podem apresentar variações quanto aos valores informados no SIACE-LRF.

O Resultado Nominal do exercício de 2016 corresponde à variação entre a Dívida Fiscal Líquida no final do exercício de 2016 e a Dívida Fiscal Líquida no final do exercício de 2015, sendo desejável a obtenção de um resultado negativo que demonstra um decréscimo da dívida em relação ao ano anterior.

A Dívida Consolidada Líquida reduziu R\$ 472.419,49 (quatrocentos e setenta e dois mil, quatrocentos e dezanove reais e quarenta e nove centavos) em relação ao saldo apurado em 31/12/2015.

Quanto à análise do Resultado Nominal apurado ao final do exercício, destacamos que as metas definidas através da LDO foram superadas, demonstra um esforço por parte da administração municipal em honrar seus compromissos e pagar suas dívidas.

4. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária

A LOA configurou-se em nosso Município como um instrumento de planejamento, indo além da mera estimativa de receita e despesa. Procuramos, através da mesma, estabelecer políticas voltadas para o atendimento dos anseios da população, equacionando-as com os recursos disponíveis no Município.

4.1. Elaboração do Orçamento

A LOA do Município para o exercício financeiro de 2016, foi elaborada conforme disposições contidas na Lei nº 4.320/64, na Portaria nº 42/99, do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão, na Portaria Interministerial da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 163/01, alterada pelas Portarias 325/01 e 519/01, nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda nºs 180/01, 211/01, 212/01, 326/01, 327/01 e 328/01, 589/01 e 219/04 e nas e demais legislações pertinentes, tendo sido aprovada por meio da Lei n.º 677 de 10 de dezembro de 2015.

Durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, foram verificadas quais eram as demandas existentes no Município e as providências para o seu equacionamento, combinadas com aquelas definidas no PPA e na LDO e com a expectativa de receita para o exercício.

Consagrando os princípios da democracia e da transparência e, ainda, atendendo ao parágrafo único, do art. 48, da LRF, foi assegurada à população a participação nos trabalhos de elaboração do orçamento.

Com relação à estimativa da receita, procurou-se adotar os seguintes critérios:

- A evolução média da receita nos últimos 03 (três) anos, verificada por meio de métodos estatísticos;
- Os fatores conjunturais que poderiam influenciar a produtividade de cada fonte;
- A previsão do repasse do ICMS e do FPM;
- A expansão do número de contribuintes e as alterações na legislação tributária;
- A projeção das receitas transferidas a serem realizadas por outras instituições;
- A legislação vigente.

A fixação da despesa para cada unidade orçamentária decorreu do fato de examinar:

- Quais eram as demandas internas existentes, conjugada com a observação histórica das despesas efetivamente realizadas nos 03 (três) últimos exercícios financeiros;
- As metas previstas no PPA;
- As metas e prioridades definidas na LDO;
- A implementação de programas de redução de despesas em caráter geral;
- A fixação da reserva de contingência, conforme LDO;

- A receita estimada;
- A legislação vigente.

A receita do Município foi, portanto, estimada em R\$ 29.478.527,30 (vinte e nove milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, quinhentos e vinte e sete reais e trinta centavos) e a despesa foi fixada em igual valor, conforme demonstrado no quadro abaixo.

LEI ORÇAMENTÁRIA			
EXERCÍCIO DE 2016			
RECEITA PREVISTA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)	DESPESA FIXADA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)
Receitas Correntes	29.638.452,39	Despesas Correntes	23.335.443,08
Receitas de Capital	3.252.140,74	Despesas de Capital	4.556.625,22
Deduções para o FUNDEB	3.412.065,83		
SOMA	29.478.527,30	SOMA	27.892.068,30
		Reserva de Contingência Orçamentaria	1.586.459,00
TOTAL	29.478.527,30	TOTAL	29.478.527,30

4.2. Execução do Orçamento

A execução orçamentária foi realizada segundo os mandamentos definidos na Lei nº 4.320/64, Lei nº 8.666/93, LRF e demais legislações pertinentes.

Após a publicação da LOA, atendendo o art. 8º da LRF, foram elaborados os quadros de Programação Financeira, Cronograma Mensal de Desembolso e Metas Bimestrais de Arrecadação, com o objetivo de buscar o equilíbrio das contas públicas.

Desta forma e de maneira bem simples atentamos primeiramente para a receita, geração e montante, e depois definimos a despesa, quando seriam efetivados os gastos e os respectivos montantes, sempre de forma a estabelecer e a garantir o equilíbrio das contas do Município.

A programação financeira consistiu em planejar mensalmente o fluxo de entrada de recursos e com base nele estabelecemos o cronograma de desembolso (saídas de caixa) e os valores a serem distribuídos através das cotas. Ou seja, primamos por conhecer bem o comportamento das receitas durante o ano e atentamos para quaisquer mudanças que de alguma forma poderiam alterar a produtividade de cada fonte durante o exercício financeiro de 2016.

Nestes aspectos a programação financeira – Receita foi elaborada mensalmente com base:

- Na análise do comportamento de receita por receita;
- Nas indicações e orientações dos técnicos que trabalham direta e indiretamente com a arrecadação;
- Nas indicações com base na proporção de receitas realizadas no ano anterior;
- Nas informações oriundas da proposta orçamentária aprovada para 2016;
- Nas informações oriundas de receitas vinculadas estimadas;
- Na experiência e no bom senso.

Feita a programação da receita, estabelecemos o Cronograma de Desembolso Mensal – Despesa, por meio de:

- Indicações baseadas no conhecimento das despesas fixas, tais como: folha de pagamento e encargos, água, energia, telefone, contratos, parcelamentos de dívidas e convênios;
- Indicações baseadas na proporção de despesas realizadas no ano anterior;
- Indicações dos técnicos que trabalham diretamente com a geração da despesa;
- Informações oriundas da proposta orçamentária aprovada para 2016;
- Informações do setor de pessoal da entidade;
- Informações oriundas de receitas vinculadas estimadas;
- Indicações das próprias unidades administrativas da entidade com relação à programação mensal de suas despesas;
- Indicação das reservas técnicas;
- Informações relativas aos valores a serem repassados mensalmente para a Câmara e fundos especiais;
- Previsão dos pagamentos dos restos a pagar de exercícios anteriores;
- Experiência e bom senso.

Após, elaborados a programação financeira e o cronograma de desembolso, efetuamos a distribuição das cotas, que corresponde ao recurso financeiro liberado em determinado período de tempo. Estes instrumentos visaram regular o equilíbrio fiscal durante a execução orçamentária e financeira.

Durante todo o ano realizamos o acompanhamento da receita e da despesa. Quando era verificada a frustração da receita realizada em relação à prevista, refazíamos todo o planejamento, procedendo assim à limitação de empenho, visando garantir o equilíbrio das contas públicas.

4.3. Balanço Orçamentário

Por meio do Balanço Orçamentário podemos observar a capacidade de planejamento, uma vez que o mesmo demonstra as receitas e as despesas previstas, em confronto com as realizadas, bem como fornece condições para verificar de forma global, o desempenho desta administração em termos de arrecadação e do emprego dos recursos públicos.

BALANÇO ORÇAMENTARIO - 2016

PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO
RECEITAS CORRENTES	24.875.244,06	24.875.244,06	23.322.413,01			-1.552.831,05
RECEITAS DE CAPITAL	3.252.140,74	3.252.140,74	507.852,33			-2.744.288,41
RECEITAS INTRAORÇAMENTARIAS	1.351.142,50	1.351.142,50	1.260.369,72			-90.772,78
SUBTOTAL DAS RECEITAS	29.478.527,30	29.478.527,30	25.090.635,06			-4.387.892,24
DEFICIT						
TOTAL	29.478.527,30	29.478.527,30	25.090.635,06			-4.387.892,24
DESPESAS ORÇAMENTARIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	22.149.300,58	23.398.778,22	19.223.499,18	19.211.438,83	18.469.802,18	4.175.279,04
DESPESAS CAPITAL	4.391.625,22	3.438.728,41	1.179.581,90	1.179.581,90	1.000.315,10	2.259.146,51
DESPESAS CORRENTES INTRAORÇAMENTARIAS	1.186.142,50	1.161.098,57	1.079.606,07	1.079.606,07	927.415,06	36.492,50
DESPESAS CAPITAL INTRAORÇAMENTARIAS	165.000,00	418.000,00	236.337,65	236.337,65	236.337,65	181.662,35
RESERVA	1.586.459,00	1.356.459,00				
SUBTOTAL	29.478.527,30	29.773.064,20	21.719.024,80	21.706.964,45	20.633.869,99	8.054.039,40
SUPERAVIT			3.371.610,26			
TOTAL	29.478.527,30	29.773.064,20	25.090.635,06	21.706.964,45	20.633.869,99	8.054.039,40

O valor da receita orçada para o exercício foi de R\$ 29.478.527,30 (vinte e nove milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, quinhentos e vinte e sete reais e trinta centavos) e a efetivamente arrecadada totalizou o montante de R\$ 25.090.635,06 (vinte e cinco milhões, noventa mil, seiscentos e trinta e cinco reais e seis centavos) ocorrendo uma insuficiência de arrecadação no valor de R\$ 4.387.892,24 (quatro milhões, trezentos oitenta e sete mil, oitocentos e noventa e dois reais e vinte e quatro centavos).

O superávit apresentado na coluna execução das despesas demonstra que a Administração Municipal está buscando o equilíbrio das contas públicas, comprovando que os critérios de planejamento empregados foram satisfatórios. Nosso objetivo é implantar novas formas de planejamento com o objetivo de assegurar o equilíbrio das contas, sem prejuízo dos investimentos necessários nas áreas de atuação do Município, visando desta forma atender plenamente o §1º do art. 1º da LRF.

As despesas orçamentárias foram realizadas conforme discriminado:

Valor empenhado foi de R\$ 21.719.024,80 (vinte e um milhões, setecentos e dezenove mil, vinte e quatro reais e oitenta centavos).

Valor liquidado foi de R\$ 21.706.964,45 (vinte e um milhões, setecentos e seis mil, novecentos e sessenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos).

Valor pago foi de R\$ 20.633.869,99 (vinte milhões, seiscentos e trinta e tres mil, oitocentos e sessenta e nove reais e noventa e nove centavos).

4.4. Créditos adicionais

4.4.1. Créditos suplementares

Os créditos suplementares destinados ao reforço de dotação orçamentária foram abertos em conformidade com o que prescreve o art. 40 da Lei nº 4.320/64 e art. 167, inciso V, da Constituição Federal e respeitaram o limite autorizado na LOA e em leis especiais. Os créditos suplementares atingiram o valor de R\$ 8.945.255,40 (oito milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e quarenta centavos).

APURAÇÃO DO LIMITE DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES ABERTOS NO EXERCÍCIO			
	AUTORIZADOS EM R\$	REALIZADOS EM R\$	DECRETOS NÚMEROS
Lei Orçamentária R\$ 29.478.527,30 Artigo 1º	8.843.558,19	8.652.439,80	1,2,4,5,8,9,12,13,15, 16,19,20,25,30,31,32, 33,34,35,37,38,40,41, 46,49
Não oneram limites autorizados Lei Orçamentaria Artigo 2º	14.739.263,65	292.815,60	45 e 50
TOTAL GERAL	23.582.821,84	8.945.255,40	

4.4.2. Créditos especiais

Para a abertura dos Créditos Especiais foram observados, os requisitos do art. 40 da Lei nº 4.320/64, do art. 167, inciso V, da Constituição da República, dos arts. 15, 16, 17 e 45 da LRF e a existência de prévia autorização legislativa.

Os créditos especiais atingiram o valor de R\$ 103.565,33 (centos e tres mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta e tres centavos).

APURAÇÃO DO LIMITE DE CRÉDITOS ESPECIAIS ABERTOS NO EXERCÍCIO – 2016		
Total dos Créditos Especiais Autorizados	R\$	103.565,33
(-) Total dos Créditos Especiais realizados/Abertos no Exercício	R\$	103.565,33
(=) Diferença a Menor	R\$	0,00

4.4.3. Créditos extraordinários

Não houve abertura de créditos extraordinários no exercício de 2016.

4.4.4. Excesso de arrecadação por fonte utilizado para a abertura de créditos adicionais

VALOR ORÇADO	VALOR ARRECADADO	FONTE DE RECURSO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO APURADO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO UTILIZADO
100.000,00	178.254,52	146	78.254,52	31.463,36
306.378,00	360.846,26	117	54.468,26	16.793,67
3.081,00	23.615,98	116	20.534,98	24.800,00
4.542.311,00	4.742.630,52	118/119	200.319,52	206.679,87
112.532,00	127.398,85	144	14.866,85	14.800,00
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO POR FONTE			368.444,13	294.536,90

Considerando que o excesso de arrecadação na fonte 116 provenientes de receita Cota Parte Contrib.Interv.Dominio Economico - Cide utilizado para abertura de créditos adicionais no valor de R\$ 24.800,00 (vinte e quatro mil e oitocentos reais), sendo que o excesso apurado foi de R\$ 20.534,98 (vinte mil, quinhentos e trinta e quatro reais e noventa e oito centavos), não se efetivou de modo esperado, desta forma o mesmo não foi utilizado na execução da despesas, conforme demonstra no saldo orçamentario do balancete de despesa fichas orçamentarias : 106 saldo de R\$ 694,17 (seiscentos e noventa e quatro reais e dezessete centavos, 528 saldo de R\$ 1.515,19 (um mil, quinhentos e quinze reais e dezenove centavos) e 531 saldo de R\$ 7.420,00 (sete mil, quatrocentos e vinte reais), portanto não contrariando a legislação vigente.

Considerando que o excesso de arrecadação na fonte 118/119 provenientes de receita Transferencia Rec.Fundo Manut.Des.Ens.Fundamental – Fundeb utilizado para abertura de créditos adicionais no valor de R\$ 206.679,87 (duzentos e seis mil, seiscentos e setenta e nove reais e oitenta e sete centavos), sendo que o excesso apurado foi de R\$ 200.319,52 (duzentos mil, trezentos e dezenove reais e cinquenta e dois centavos), não se efetivou de modo esperado, desta forma o mesmo não foi utilizado na execução da despesas, conforme demonstra no saldo orçamentario do balancete unidade orçamentaria 020401 recurso do fundeb 40% totalizando um montante de R\$ 36.138,31 (trinta e seis mil, cento e trinta e oito reais e trinta e um centavos), portanto não contrariando a legislação vigente.

4.4.5. Superávit financeiro utilizado para a abertura de créditos adicionais

Não houve abertura de créditos adicionais por superávit financeiro no exercício de 2016.

4.4.6. Operações de crédito utilizadas para a abertura de créditos adicionais

Não houve abertura de créditos adicionais por operação de crédito em 2016.

4.5. Análise do comportamento da receita arrecadada no exercício em relação aos exercícios anteriores

Promovemos aqui uma análise horizontal e vertical da receita orçamentária arrecadada nos últimos três anos.

COMPARATIVO DA RECEITA ARRECADADA								
EXERCÍCIOS DE 2014, 2015 e 2016.								
EXERCÍCIOS	2014		2015			2016		
ESPECIFICAÇÃO	Arrecadação (R\$)	AV (%)	Arrecadação (R\$)	AH (%)	AV (%)	Arrecadação (R\$)	AH (%)	AV (%)
Receitas Correntes	20.136.448,51	87,79	19.807.567,16	(1,63)	91,45	23.322.413,01	17,74	92,96
Receitas Intra-Orçamentárias	1.078.056,74	4,69	584.440,29	(45,78)	2,70	1.260.369,72	15,65	5,02
Receitas de Capital	1.724.824,11	7,52	1.266.204,32	(26,59)	5,85	507.852,33	(60,90)	2,02
TOTAL	22.939.329,36	100	21.658.211,77	(5,58)	100	25.090.635,06	15,84	100,

Constatamos que no exercício 2016 as Receitas Correntes participaram com 92,96 % das receitas orçamentárias, cabendo às Receitas de Capital o percentual de 2,02 % e as receitas infra-orçamentárias o percentual de 5,02 %.

Podemos perceber a partir do quadro acima que as receitas correntes apresentaram um aumento da ordem de 17,74 %, receitas intra orçamentárias um aumento de 5,02, quanto as receitas de capital uma queda de 60,90 %, comparado ao exercício imediatamente anterior, tal fato se justifica pela não efetivação de transferências voluntárias para aplicação em investimentos.

4.6. Análise do comportamento da despesa realizada no exercício em relação aos exercícios anteriores

Elaboramos também uma análise horizontal e vertical na despesa orçamentária realizada nos últimos três anos.

COMPARATIVO DA DESPESA REALIZADA								
EXERCÍCIOS DE 2014, 2015 e 2016								
EXERCÍCIOS	2014		2015			2016		
ESPECIFICAÇÃO	Realizada (R\$)	AV (%)	Realizada (R\$)	AH (%)	AV (%)	Realizada (R\$)	AH (%)	AV (%)
Despesa Corrente	19.209.016,29	84,96	17.843.002,62	(7,11)	86,46	19.223.499,18	7,74	88,51
Despesa Intra Orçamentária	1.056.581,89	4,68	972.488,97	(7,95)	4,71	1.315.943,72	35,32	6,06
Despesa de Capital	2.342.849,60	10,36	1.820.552,50	(22,29)	8,83	1.179.581,90	(35,21)	5,43
TOTAL	22.608.447,78	100,	20.636.044,09	(8,72)	100	21.719.024,80	5,25	100,

Diante do demonstrado, pode-se constatar que os gastos na categoria econômica despesa corrente e despesa intra orçamentária aumentaram devido ao aumento das transferências correntes, quanto as despesas de capital diminuíram no exercício de 2016 em relação ao exercício anterior em função da não efetivação de transferências voluntárias .

4.7. Reserva de Contingência

A LOA do exercício de 2016 contemplou a reserva de contingência, cuja forma de utilização foi estabelecida na LDO, a qual foi destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, como não ocorreram nenhum fato relacionado a risco fiscal ou passivo contingente, a reserva de contingência foi utilizada como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais, conforme autorização contida na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

5. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão financeira

5.1 Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro, foi elaborado em conformidade com NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, demonstra os recebimentos e os pagamentos de natureza orçamentária e extra-orçamentária ocorridos no exercício de 2016 conjugados com os saldos em espécie, provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

Em síntese, a execução financeira no exercício financeiro de 2016 assim pode ser demonstrada:

Procedimentos adotados relativos à execução financeira:

- As receitas e despesas foram registradas em conformidade com NBCASP;
- O processo de pagamento assegura que foram cumpridas todas as formalidades legais;
- O boletim diário de caixa foi escriturado diariamente;
- As conciliações bancárias foram elaboradas mensalmente;
- Os recursos vinculados foram devidamente aplicados nas finalidades específicas, sendo que os saldos não aplicados mantiveram-se na conta bancária vinculada para ser aplicado no exercício seguinte, conforme determina o parágrafo único, do art. 8º, da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Os rendimentos de aplicações financeiras de recursos vinculados foram devidamente aplicados nas finalidades específicas;
- As aplicações financeiras foram realizadas somente nos bancos oficiais (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), conforme determina o § 3º, art. 164, da Constituição da República;
- As despesas orçamentárias pendentes de quitação até o dia 31/12/2016 foram inscritas em Restos a Pagar, utilizando-se como contrapartida a receita extra-orçamentária;
- O balanço financeiro confere com o quadro de apuração de receitas e despesas;
- Foi realizada a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso (previsto e realizado).

Apresenta-se a seguir a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso (previsto e realizado).

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA MENSAL EXERCÍCIO – 2016		
Meses	Receita Prevista (R\$)	Receita Arrecadada (R\$)
Janeiro	2.722.423,16	2.035.356,11
Fevereiro	2.325.662,08	2.008.717,07
Março	2.330.700,54	1.666.647,63
Abril	2.308.121,20	1.659.250,03
Maio	2.824.459,35	2.116.871,66
Junho	2.772.020,58	1.845.888,88
Julho	2.172.300,60	2.108.800,69
Agosto	2.751.174,76	1.851.771,71
Setembro	2.024.414,63	1.485.737,06
Outubro	2.537.559,98	1.863.127,07
Novembro	2.092.361,91	2.400.723,36
Dezembro	2.617.328,51	4.047.743,79
TOTAL	29.478.527,30	25.090.635,06

CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO 2016		
Meses	Pagamentos Previstos (R\$)	Pagamentos Realizados (R\$)
Janeiro	2.215.828,60	259.884,62
Fevereiro	2.333.359,42	1.257.821,95
Março	2.215.947,74	1.717.586,40
Abril	2.317.847,74	1.470.358,25
Maio	2.255.642,24	1.684.448,10
Junho	2.310.056,99	1.804.892,42
Julho	2.216.080,28	1.734.773,88
Agosto	2.236.294,07	1.872.899,36
Setembro	2.176.947,74	1.638.222,28
Outubro	2.226.844,19	1.652.038,95
Novembro	2.173.072,74	1.907.864,88
Dezembro	3.214.146,55	3.633.078,90
RESERVA CONTINGENCIA	1.586.459,00	0,00
RESTOS A PAGAR	0,00	1.085.154,81
TOTAL	29.478.527,30	21.719.024,80

6. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão patrimonial

O Balanço Patrimonial, foi elaborado em conformidade com NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, demonstra a posição patrimonial da entidade no final do período, com detalhe das contas representativas das disponibilidades de bens, direitos e obrigações, evidenciando o saldo patrimonial da entidade - patrimônio líquido.

Os saldos iniciais de todas as contas são idênticos ao saldo final apresentado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Ativo Circulante

- Caixa e Equivalentes de Caixa - os saldos conferem com numerário em cofre e os saldos dos bancos conferem com os extratos bancários devidamente conciliados em 31/12/2016.
- Créditos a curto Prazo - o saldo confere com os créditos da entidade com terceiros de curto prazo.

Ativo Não Circulante

- Créditos a Longo prazo - o saldo confere com os créditos da entidade com terceiros a longo prazo;
- Investimentos a longo prazo - o saldo confere com os investimentos da entidade com terceiros a longo prazo;
- Imobilizado - os saldos dos Bens Móveis, Imóveis e de Natureza Industrial conferem com o Inventário Geral Analítico de 31/12/2016, sendo que os bens incorporados e desincorporados estão especificados na relação denominada Demonstrativo dos Bens Incorporados e Desincorporados. Constatou-se que é mantido de forma organizada o registro analítico dos bens de natureza permanente, que são expedidos termos de responsabilidade dos bens, que há controle de incorporações e desincorporações e que o inventário analítico foi elaborado de acordo com as exigências legais;

Passivo Circulante

- Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a curto prazo – os valores demonstrados no Balanço Patrimonial, estão em igualdade com as obrigações devidas;
- Empréstimos de Financiamento a curto prazo – os valores demonstrados no Balanço Patrimonial, estão em igualdade com as obrigações devidas;
- Fornecedores e Contas a Pagar a curto prazo – os valores demonstrados no Balanço Patrimonial, estão em igualdade com as obrigações devidas;
- Demais obrigações a curto prazo – os valores demonstrados no Balanço Patrimonial, estão em igualdade com as obrigações devidas.

Passivo Não Circulante

- Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a longo prazo – os valores demonstrados no Balanço Patrimonial, estão em igualdade com as obrigações devidas;
- Empréstimos e Financiamento a longo prazo – os valores demonstrados no Balanço Patrimonial, estão em igualdade com as obrigações devidas.

Patrimônio Líquido

O Balanço Patrimonial do município encerrado em 2016 demonstrou resultados acumulados positivos.

6.2. Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais, foram elaboradas em conformidade com NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor, evidencia as alterações ocorridas no patrimônio durante o exercício, que são resultantes ou independentes da execução orçamentária, evidenciando o resultado patrimonial apurado no exercício.

VPA-Variações Patrimoniais Aumentativas – foram devidamente demonstradas, sendo seus valores de conformidade com as variações patrimoniais;

VPD-Variações Patrimoniais Diminutivas – foram devidamente demonstradas, sendo seus valores de conformidade com as variações patrimoniais;

Resultado Patrimonial do Período

O resultado patrimonial é a diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas. Em 2016 foi apresentado resultado positivo ao final do exercício.

6.1. Demonstração da Dívida Fundada Interna

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA						
EXERCÍCIO DE 2016						
TÍTULOS	Saldo Anterior	Emissão	Atualização	Resgate	Cancelamento	Saldo Atual
Por Contratos	2.535.924,96	1.018.429,33	0,00	391.665,88	0,00	3.162.688,41
Por Títulos						
Total Geral	2.535.924,96	1.018.429,33	0,00	391.665,88	0,00	3.162.688,41

Este quadro demonstra a dívida de longo prazo, ou seja, a dívida com prazo de pagamento superior a 12 meses. Todas as obrigações de longo prazo (empréstimos, financiamentos e parcelamentos) estão corretamente demonstradas na Dívida Fundada.

- O saldo anterior apresentado na Demonstração da Dívida Fundada, confere com o saldo apurado no final do ano anterior.
- O valor da amortização apresentado na Demonstração da Dívida Fundada, confere com a despesa contabilizada nos elementos de despesa: 4690.71 – 469171 - Principal da Dívida Contratual Resgatado

6.2. Limites da Dívida

APURAÇÃO DOS LIMITES DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	
EXERCÍCIO DE 2016	
TÍTULOS	2016 (R\$)
Dívida Consolidada Líquida (I)	3.162.688,41
Receita Corrente Líquida (II)	22.708.336,44
Comprometimento da Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida (I / II)	0,14
Limite de máximo de endividamento em 2016, (1,2 ou o índice apurado conforme artigos 3º e 4º da Resolução 40/01 do Senado Federal e suas alterações.)	1,20

No exercício de 2001 a Dívida Consolidada Líquida do Município correspondia a menos de 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a receita corrente líquida, mantendo-se abaixo deste fator no EXERCÍCIO DE 2016, estando, portanto, dentro dos limites permitidos pela Resolução 40, de 20/12/2001, do Senado Federal.

6.3. Demonstração da Dívida Flutuante

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE						
EXERCÍCIO DE 2016						
TÍTULOS	Saldo Anterior	Inscrição	Restabelecimento	Baixa	Cancelamento	Saldo Final
Restos a Pagar Processado	4.202.180,13	1.073.094,46	0,00	2.902.814,26	1.066.108,28	1.306.352,05
Restos a Pagar Não Processado	555.042,64	12.060,35	0,00	162.233,87	392.570,81	12.298,31
Depósitos	450.746,60	2.079.309,95	0,00	2.277.393,56	4.861,31	247.801,68
Total Geral	5.207.969,37	3.164.464,76	0,00	5.342.441,69	1.463.540,4	1.566.452,04

Este quadro demonstra a dívida de curto prazo, ou seja, a dívida com prazo de vencimento inferior a 12 meses. Todas as obrigações do Município de curto prazo (Restos a Pagar, Serviços da Dívida a Pagar, Depósitos, Débitos de Tesouraria) estão corretamente demonstradas na Dívida Flutuante.

- Os saldos anteriores conferem com o saldo final apresentado no exercício anterior e o valor.

- O valor das inscrições confere com as receitas extra-orçamentárias e o valor das baixas confere com as despesas extra-orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro.

Os cancelamentos de valores da Dívida Flutuante foram decorrentes de restos a pagar não processados e processados inscritos nos exercícios 2010,2011,2012,2013,2014 e 2015, devido a não entrega das mercadorias ou serviços e devido a prescrição, mediante Decreto Municipal, portanto, encontra-se devidamente justificados.

O cancelamento do saldo da conta extra orçamentaria no valor de R\$ 4.861,31 (quarto mil, oitocentos e sessenta e um reais e trinta e um centavos), foi decorrente de parcelamento de obrigações junto ao FUNPREV mediante lei autorizativa e Decreto Municipal, portanto, encontra-se devidamente justificado.

6.4. Demonstração dos Devedores Diversos

DEMONSTRAÇÃO DOS DEVEDORES DIVERSOS EXERCÍCIO DE 2016						
TÍTULOS	Saldo Anterior	Inscrição	Restabelecimento	Baixa	Cancelamento	Saldo Final
DEPOSITOS E CONSIGNAÇÕES	164.276,72	133.246,30	0,00	166.695,94	0,00	130.827,08
Total Geral	164.276,72	133.246,30	0,00	166.695,94	0,00	130.827,08

Este quadro demonstra os créditos de curto prazo, ou seja, os créditos com prazo de vencimento inferior a 12 meses. Todos os créditos do Município de curto prazo estão corretamente demonstrados no quadro Devedores Diversos.

- Os saldos anteriores conferem com o saldo final apresentado no exercício anterior.
- O valor das inscrições confere com as despesas extra orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro.
- O valor das baixas confere com as receitas extra-orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro.

6.5. Inventário Geral Analítico

Todos os valores constantes no Inventário Geral Analítico de 31/12/2016 guardam paridade com as demais demonstrações contábeis.

Todos os valores constantes no Inventário Geral Analítico podem ser comprovados através de extratos, declarações, carga patrimonial, certidões e outros documentos hábeis.

7. Análise do cumprimento dos limites e condições para realização de operações de crédito

Não houve operações de Crédito realizadas no EXERCÍCIO DE 2016.

8. Análise da observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar

◆ Prefeitura e Fundo de Previdência

Quanto aos Restos a Pagar inscritos no exercício, estes estão dentro dos preceitos da Lei Complementar nº 101/2000, totalizando o montante de R\$ 1.085.154,81 (um milhão, oitenta e cinco mil, cento e quarenta e quatro reais e oitenta e um centavos), sendo R\$ 1.073.094,46 (um milhão, setenta e três mil, noventa e quatro reais e quarenta e seis centavos) de restos a pagar processados e R\$ 12.060,35 (doze mil, sessenta reais e trinta e cinco centavos), de restos a pagar não processados.

A administração recebeu as contas desequilibradas e está trabalhando com o objetivo de equacionar tal déficit. No exercício atual foram inscritos restos a pagar sem a disponibilidade de caixa correspondente, entretanto, nosso compromisso é diminuir tal diferença de forma que os restos a pagar sejam, no máximo, no montante da disponibilidade de caixa, atendendo desta forma as exigências do art. 42 da Lei Complementar 101/00.

◆ Câmara Municipal

Não houve inscrição de restos a pagar na Camara Municipal no exercício de 2.016.

9. Análise da observância dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal

DESPESA TOTAL COM PESSOAL EXERCÍCIO DE 2016		
TÍTULOS	R\$	%
Receita Corrente Líquida (A)	22.708.336,44	100,00
Gastos com Pessoal do Poder Executivo (C) (percentual = B/A x 100)	10.910.521,17	48,05
Gastos com Pessoal do Poder Legislativo (D) (percentual = C/A x 100)	779.016,15	3,43
Gastos com Pessoal do Município (B) (percentual = D/A x 100)	11.689.537,32	51,48

A apuração da despesa com pessoal ocorreu ao final de cada mês, tomando-se por base os gastos no mês de referência mais os gastos dos onze meses anteriores, adotando-se o regime de competência, ou seja, o mês de referência de empenho da folha de pagamento.

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, os gastos com pessoal do Município não poderão exceder a 60% da Receita Corrente Líquida apurada no

período, sendo que os gastos do Poder Legislativo não poderão exceder a 6% e os do Poder Executivo a 54%. Demonstramos no quadro acima os gastos com pessoal realizados pelo Município, o qual evidencia que o poder executivo cumpriu integralmente a norma legal.

10. Avaliação da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos dos dispositivos constitucionais e da lei orgânica do município.

10.1. Aplicação no Ensino Infantil e Fundamental

APLICAÇÃO NO ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL	
EXERCÍCIO DE 2016	
TÍTULOS	VALOR (R\$)
Receita de Impostos, Transferências Constitucionais, Multas e Juros de Mora dos Impostos e Receita da Dívida Ativa dos Impostos (A)	15.525.079,18
Gastos com Ensino Infantil e Fundamental (B) Despesas liquidadas	4.752.614,23
Percentual Aplicado no Ensino Infantil e Fundamental (B/A) *100%	30,61

Conforme pode ser observado, os gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino foram superiores a 25% (vinte e cinco por cento) da base de cálculo, atendendo o disposto no art. 212 da Constituição Federal.

10.2. Aplicação dos Recursos do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB -	
FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
EXERCÍCIO DE 2016	
TÍTULOS	VALOR (R\$)
Receitas Recebidas no Exercício (incluindo aplicações financeiras) (A)	4.742.630,52
Despesas Empenhadas no Exercício (B)	4.712.852,56
Despesas Empenhadas no Exercício c/a Remuneração dos Profis.Magistério (C)	2.915.759,94
Percentual Aplicado na Remuneração dos Profissionais do Magistério (C/A) * 100%	61,47

Conforme pode ser observado, os gastos com a remuneração dos Profissionais do Magistério com recursos do FUNDEB superaram o limite mínimo de 60% (sessenta por cento) da receita arrecadada, atendendo a legislação vigente.

10.3. Ensino Médio, Superior e Especial

O Município atuou prioritariamente no ensino fundamental e no ensino infantil.

O Município concedeu subvenção à APAE, durante o EXERCÍCIO DE 2016, contudo, os referidos gastos não entraram no cômputo dos recursos aplicados no ensino.

11. Avaliação da aplicação dos recursos nas ações e serviços públicos de saúde, nos termos dos dispositivos constitucionais e da lei orgânica do município.

A Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, definiu o limite a ser aplicado nas ações e serviços públicos de saúde deverão ser equivalentes a, no mínimo, 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos e transferências, a partir do exercício de 2010.

APLICAÇÃO NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		
EXERCÍCIO DE 2016		
TÍTULOS	VALOR	%
Receita de Impostos, Transferências Constitucionais, Multas e Juros de Mora dos Impostos e Receita da Dívida Ativa dos Impostos (A)	R\$ 14.768.654,49	100,00
Gastos nas Ações e Serv. Públicos de Saúde com recursos próprios (B) [percentual = (B/A) *100]	R\$ 3.518.969,03	23,82

O Município aplicou nas ações e serviços públicos de saúde no exercício de 2010, com recursos próprios, mais do que 15% (quinze por cento) da base de cálculo e manteve a aplicação acima deste índice no EXERCÍCIO DE 2016, atendendo desta forma a Emenda Constitucional nº 29/00.

12. Informações quanto à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS		
EXERCÍCIO DE 2016		
HISTÓRICO	INGRESSO (R\$)	APLICAÇÃO (R\$)
Saldo do exercício anterior	77.348,00	
Alienação de ativos	45.000,00	
Aplicação no exercício de 2016	0,00	98.922,85
Totais	122.348,00	98.922,85
Saldo para o exercício seguinte		23.425,15

Os recursos arrecadados no exercício atual, oriundos da alienação de bens, foram utilizados no pagamento de despesas de capital, conforme determina o art. 44 da

LRF. O saldo no valor de R\$ 23.425,15 (vinte e tres mil, quatrocentos e vinte e

cinco reais e quinze centavos) encontra-se devidamente demonstrado em conta específica.

ORIGEM

Valor de R\$ 45.000,00 refere-se a alienação de veículo

APLICAÇÃO (Incluindo rendimentos)

Pavimentação de ruas SE 1020 01 R\$ 51.716,42

Pavimentação de ruas SE 1021 03 R\$ 5.796,63

Aquisição de imóvel SE 2184 02 R\$ 50.000,00

Saldo para 2017 incluindo rendimentos ... R\$ 23.425,15

13. Análise da observância do disposto no artigo 29-A da Constituição Federal, referente ao repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo

REPASSES EFETUADOS AO PODER LEGISLATIVO		
EXERCÍCIO DE 2016		
Receita Tributária, Transferências Constitucionais, Receita da Dívida Ativa Tributária, Multas e Juros decorrentes de Receitas Tributárias, arrecadadas em 2015.	Limite Máximo de Repasses 7,00 % das receitas arrecadadas em 2015, conforme primeira coluna.	Repasse Realizado
R\$ 13.908.114,71	R\$ 973.568,03	R\$ 973.568,03

É oportuno observar que, de acordo com o art. 29-A da Constituição da República, o total das despesas do Poder Legislativo dos Municípios não poderá ultrapassar o limite máximo, de acordo com a população de cada Município, das receitas tributárias e das transferências constitucionais efetivamente arrecadadas no exercício imediatamente anterior, conforme determina o art. 29-A da Constituição da República.

Observa-se que efetuar repasse ao Poder Legislativo acima do limite máximo constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal, assim como também realizar repasses inferiores à proporção fixada na Lei Orçamentária, nos termos, respectivamente, dos incisos I e III, do § 2º, do art. 29-A da Constituição da República.

O total da receita tributária, transferências constitucionais, receita da dívida ativa tributária, multas e juros decorrentes de receitas tributárias, arrecadadas em 2015, totalizaram R\$ 13.908.114,71 (treze milhões, novecentos e oito mil, cent e quatorze reais e setenta e um centavos), enquanto os repasses ao Poder Legislativo no EXERCÍCIO DE 2016 totalizaram o valor de R\$ 973.568,03 (novecentos e setenta e tres mil, quinhentos e sessenta e oito reais e tres centavos) estando, portanto, abaixo do limite máximo permitido e de acordo com a proporção fixada na LOA.

14. Avaliação sobre as providências adotadas pelo gestor diante de danos causados ao erário.

Não houve sindicâncias, inquéritos, processos administrativos ou tomados de contas especiais adotadas pelo gestor diante de danos causados ao erário no exercício de 2016.

15. Aplicação de Recursos Públicos por Entidades de Direito Privado.

Os valores repassados a título de transferências de recursos públicos a entidades de direito privado foram autorizados por Lei Municipal.

Todas as transferências realizadas obedeceram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o limite das dotações consignadas no orçamento e respectivos créditos adicionais autorizados, além das exigências da lei autorizativa, em especial:

- que atendesse direto ao público, de forma gratuita;
- não possuir débito de prestação de contas de recursos recebidos anteriormente, e prestasse contas dos recursos recebidos em 2015;
- apresentasse declaração de regular funcionamento nos últimos dois anos, emitida no exercício de 2015 por autoridade local;
- comprovasse a regularidade fiscal, mediante apresentação das certidões negativas de débitos;
- comprovasse a regularidade do mandato de sua diretoria;
- ser declarada por lei como entidade de utilidade pública;
- apresentasse o Plano de Aplicação dos Recursos, especificando as metas e objetivos;
- existência de recursos orçamentários e financeiros;
- celebrasse o respectivo convênio.

As prestações de contas dos recursos transferidos às entidades de direito privado foram devidamente encaminhadas e foram totalmente aprovadas pelo órgão competente da Prefeitura.

16. Termos de Parceria Firmados e Participação do Município em consórcio Público, as Respektivas Leis e o Impacto Financeiro no Orçamento.

NOME DO CONSÓRCIO PÚBLICO	VALOR REPASSADO	PERCENTUAL EM RELAÇÃO DO ORÇAMENTO
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CIS CAPARAÓ - SAUDE	194.598,24	0,66
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CIS CAPARAÓ – ILUMINAÇÃO PÚBLICA	9.976,88	0,03

17. Indicação do montante inscrito em restos a pagar referente a contribuições previdenciárias devidas ao instituto próprio de previdência, com avaliação do impacto da inscrição sobre o total da dívida flutuante

INDICAÇÃO DO MONTANTE INSCRITO EM RESTOS A PAGAR REFERENTE A CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DEVIDAS AO INSTITUTO PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA		
EXERCÍCIO DE 2016		
TOTAL DA DÍVIDA FLUTUANTE (R\$)	MONTANTE INSCRITO EM RESTOS A PAGAR DE 2016, REFERENTE ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS AO INSTITUTO PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (R\$)	IMPACTO EM %
1.566.452,04	143.807,73	9,18

18. Detalhamento da composição das despesas pagas a título de obrigações patronais, distinguindo os valores repassados ao Instituto Nacional do Seguro Social e aqueles repassados ao instituto próprio de previdência

PERÍODO	OBRIGAÇÕES PATRONAIS REPASSADAS AO INSS (R\$)	OBRIGAÇÕES PATRONAIS REPASSADAS AO INSTITUTO PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (R\$)	TOTAL DAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS REPASSADAS (PAGAS) (R\$)
JANEIRO A DEZEMBRO	898.997,76	1.171.331,25	2.070.329,01

19. Avaliação dos procedimentos adotados quando de renegociação da dívida para com o instituto próprio de previdência, com indicação do valor do débito, dos critérios utilizados para a correção da dívida, do número de parcelas a serem amortizadas ou de outras condições de pagamento pactuadas.

AValiação dos procedimentos adotados quando de renegociação da dívida para com o instituto próprio de previdência	
EXERCÍCIO DE 2016	
DÉBITO COM O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA (VALOR NOMINAL) atualizado	R\$ 1.571.601,58
ÍNDICE APLICADO PARA CORREÇÃO DA DÍVIDA	INPC + 6,0 % ao ano .
NÚMERO DE PARCELAS A SEREM AMORTIZADAS	240

20. Certificação de que os registros de dívida de natureza previdenciária foram conciliados com aqueles inseridos nos demonstrativos contábeis dos fundos e institutos próprios, especialmente no que diz respeito a Restos a Pagar, Dívida Ativa, Contribuições a Receber e Empréstimos

- CERTIFICAÇÃO

-

Certificamos que os registros da dívida de natureza previdenciária estão conciliados com os registros inseridos nos demonstrativos contábeis do **Fundo de Previdência Municipal**, principalmente aqueles referentes a restos a pagar, dívida ativa, contribuições a receber e empréstimos, conforme especificado na tabela a seguir:

DEMONSTRATIVO DO REGISTRO DAS DÍVIDAS DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA NA ENTIDADE E NO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL			
EXERCÍCIO DE 2019			
REGISTRO NAS ENTIDADES		REGISTRO NO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA	
TÍTULOS DAS CONTAS	R\$	TÍTULOS DAS CONTAS	R\$
Passivo Financeiro – Restos A Pagar		Ativo Permanente – Outros Créditos – Contribuições Previdenciárias a Receber	1.571.601,58
Passivo Financeiro – Depósitos		Ativo Permanente – Outros Créditos – Contribuições Previdenciárias a Receber	
Passivo Permanente– Dívida Fundada Interna – Empréstimos Recebidos do Fundo Próprio de Previdência	1.571.601,58	Ativo Permanente – Créditos – Empréstimos Concedidos	
Passivo Permanente– Dívida Fundada Interna – Parcelamento de Débitos Com o Fundo Próprio de Previdência		Ativo Permanente – Créditos – Parcelamento de Dívida Concedido	

21 – Cumprimentos dos prazos para encaminhamento de informações, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM)

Durante o exercício de 2016 foram observados que os representantes dos órgãos do município cumpriram com os prazos estabelecidos para remessa de informações por meio do SICOM – Sistema Informatizado de Contas dos Municípios, nos termos do parágrafo único do art. 4º e do caput do art. 5º, ambos da Instrução Normativa nº 10, de 14 de dezembro de 2011, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

22. Conclusão

O processo de Prestação de Contas foi examinado por este Controle Interno e verificamos que o mesmo encontra-se devidamente instruído, com os elementos de que trata as *Instruções Normativas* e representa de forma fidedigna as informações e os documentos que deram origem às peças contidas no processo.

O Órgão Central de Controle Interno da Prefeitura Municipal de São João do Maranhão acompanhou a execução orçamentária, financeira, patrimonial, administrativa e operacional, bem como analisou as demonstrações contábeis e os registros que deram origem as mesmas, para então, emitir o parecer sobre as contas do EXERCÍCIO DE 2016.

Trabalhamos de forma integrada junto ao controle interno das demais entidades pertencentes a este Município e acompanhamos de forma prévia, concomitante e subsequente todas as ações desenvolvidas, visando a proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional, e a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração.

Por meio dos acompanhamentos realizados durante o exercício em referência, verificamos que todas as recomendações/determinações expedidas por este sistema de controle interno foram objeto de ações com vistas ao cumprimento das mesmas.

Nos nossos trabalhos examinamos os controles internos administrativos desta entidade, com base nos procedimentos e técnicas utilizadas, e concluímos que os mesmos estão devidamente adequados e aderentes às normas internas do órgão controlado.

Finalmente, procedemos ao exame do Processo de Prestação de Contas levantado em 31 de dezembro de 2016, correspondente ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade da Administração.

Verificamos o Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Comparativo do Balanço Patrimonial, Demonstração da Dívida Flutuante, Demonstração dos Devedores Diversos, Demonstração da Dívida Fundada, Demonstração dos Bens Incorporados e Desincorporados, Inventário Geral Analítico, Demonstrativo dos Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, Demonstrativo dos Recursos Recebidos do FUNDEB e sua Aplicação, Demonstrativo dos Gastos com Pessoal, Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, Demonstrativo das Receitas mensais para verificação dos limites estabelecidos pela EC 25/00 e demais demonstrações contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, representam adequadamente em todos os aspectos legais, a posição patrimonial e financeira da Prefeitura e Câmara em 31 de dezembro de 2016, referente ao exercício findo naquela data, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, portanto, o controle interno opina pela **aprovação das contas do exercício de 2016.**

São João do Manhuaçu, 28 de março de 2017

VICTOR HUGO WILLIAN DA SILVA
Responsável pelo Controle Interno